

GUIA-INTERPRETAÇÃO PARA PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA: ANÁLISE DE UMA DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NA FORMAÇÃO SUPERIOR DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS

DEAFBLIND INTERPRETING: ANALYSIS OF A COMPULSORY SUBJECT IN THE HIGHER EDUCATION FOR SIGN LANGUAGE TRANSLATORS AND INTERPRETERS



Maria Cirlene Mantovani PIVA
Especialista em Comunicação Social
Graduada em Letras - Português
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6443636556816883>
<https://orcid.org/0000-0002-7790-3940>
lenamonamore@gmail.com

Pedro Henrique WITCHS
Professor Adjunto
Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Línguas e Letras
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Vitória, Espírito Santo, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>
<https://orcid.org/0000-0003-0850-2366>
pedro.witchs@ufes.br

Resumo: Neste artigo, objetiva-se discutir a composição de uma disciplina obrigatória sobre guia-interpretação para pessoas com surdocegueira, na formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais, e suas implicações na trajetória de egressos dessa formação. Para tanto, com base em autores que tematizam a guia-interpretação, bem como em autores do campo da formação de tradutores e intérpretes, desenvolve-se um estudo de caso a partir de dois movimentos metodológicos: a análise do programa de uma disciplina sobre guia-interpretação do Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); e das respostas de nove egressos desse curso a um questionário eletrônico padronizado. Observa-se que se trata de uma disciplina introdutória à guia-interpretação, direcionada a implicações interpretativas dessa prática, com ênfase em questões comunicativas de pessoas com surdocegueira. Além disso, os egressos evidenciam a relevância da disciplina em seus percursos formativos, principalmente no que diz respeito ao incentivo na busca por certificação para atuação como guia-intérprete. Por fim, argumenta-se ser fundamental a ampliação de investigações direcionadas à guia-interpretação no campo dos Estudos da Interpretação, bem como a promoção de possibilidades formativas em guia-interpretação.

Palavras-chave: Guia-interpretação. Surdocegueira. Formação de tradutores e intérpretes. Formação de guia-intérpretes. Estudos da Interpretação.

Abstract: This article aims to discuss the composition of a compulsory subject on Deafblind Interpreting (DBI) in the higher education of sign language translators and interpreters and its implications in the formative trajectory of graduates of this training. Therefore, based on authors who thematize DBI, as well as authors from the field of Translators and Interpreters Training, a case study is developed from two methodological movements: the analysis of the syllabus of a compulsory subject on DBI, of the Letras-Libras – Bachelor's Degree in Translation and Interpreting, from the Federal University of Espírito Santo, and the responses of nine graduates of this program to a standardized electronic questionnaire. It was observed that this is an introductory discipline to DBI, aimed at the interpretive implications of this practice, with an emphasis on communicative issues of people with deafblindness. In addition, the graduates show the relevance of the subject in their training paths, especially with regard to the encouragement in the search for certification to act as Deafblind interpreter. Finally, it is argued that it is essential to expand investigations aimed at DBI in the field of Interpreting Studies, as well as the promotion of training possibilities in Deafblind interpreting.

Keywords: Deafblind Interpreting. Deafblindness. Translators and Interpreters Training. Deafblind Interpreters Training. Interpreting Studies.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

A guia-interpretação para pessoas com surdocegueira, de acordo com Chambers, Moore e Ramey (2019), constitui um subcampo da interpretação de línguas de sinais cujas atividades e pesquisas estão em desenvolvimento. Segundo as autoras, são poucos “os recursos e as formações disponíveis para quem deseja aprender sobre guia-interpretação para pessoas com surdocegueira, mas eles são os degraus para que o conhecimento e a formação sejam implementados em um curso de formação de intérpretes” (Chambers, Moore & Ramey, 2019, p. 92, tradução nossa).¹ No Brasil, a formação de guia-intérpretes² tem acontecido principalmente através de cursos livres ofertados por organizações da sociedade civil desde 1999. O curso Guia-intérprete — oferecido pela parceria entre o Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e Múltiplo Deficiente Sensorial e a Ahimsa – Associação Educacional para Múltipla Deficiência — exige, como pré-requisito aos interessados, conhecimento intermediário em língua brasileira de sinais (Libras). Conforme divulgado na página do Grupo Brasil³ em 2021, o curso possui 300 horas de carga horária total, sendo 40 horas destinadas à prática, e 80 horas, ao estágio.

8

Ao considerar-se a implementação desse subcampo na formação de tradutores e intérpretes de Libras e português, as possibilidades são bastante reduzidas. Na análise que realizou sobre as disciplinas de cursos de graduação voltados à formação de tradutores e intérpretes desse par linguístico em sete universidades federais brasileiras, Rodrigues (2019) identificou uma única disciplina obrigatória sobre guia-interpretação no Curso de Graduação em Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Conforme menciona o autor, trata-se de “uma disciplina dedicada especificamente à abordagem dos aspectos tradutórios e interpretativos da guia-interpretação, uma área que tem se destacado mais nos últimos anos” (Rodrigues, 2019, p. 157). Tal disciplina constitui o foco da discussão que buscamos empreender neste artigo.

Diante dos elementos destacados, o nosso objetivo, aqui, é discutir a composição de uma disciplina obrigatória sobre guia-interpretação para pessoas com surdocegueira, na formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais, e suas implicações na trajetória de egressos dessa formação. Baseados em autores que tematizam a guia-interpretação (Lourenço, 2012; Almeida, 2019; Chambers, Moore & Ramey, 2019; Canuto et al., 2020), bem como em autores do campo da formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais (Martins & Nascimento, 2015; Rodrigues, 2018, 2019), desenvolvemos essa discussão a partir de um estudo de caso que envolveu dois materiais de análise: (i) o programa da disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, do Curso de Letras-Libras –

Bacharelado em Tradução e Interpretação, da Ufes; e (ii) as respostas de nove egressos do referido curso a um questionário eletrônico padronizado.

Este artigo, portanto, está organizado como segue: após esta breve introdução, caracterizamos a guia-interpretação, ressaltando aspectos relativos à formação para desempenhá-la; em seguida, descrevemos a materialidade empírica que serviu como base para a discussão aqui desenvolvida; posteriormente, abordamos o programa da disciplina em articulação com as respostas dos egressos; por fim, argumentamos que a formação profissional em guia-interpretação é uma demanda que carece de apoio institucional e de pesquisas, de modo que se torna fundamental ampliar investigações que tratem sobre a guia-interpretação no campo dos Estudos da Interpretação, assim como promover possibilidades formativas para guia-intérpretes.

A guia-interpretação: aspectos relativos à formação profissional

Todos os dias, a Srta. Sullivan ia às aulas comigo e soletrava em minha mão com infinita paciência tudo o que os professores diziam. (Keller, [1905] 2014, p. 84)

9

Em sua autobiografia, a famosa surdocega estadunidense Helen Keller descreveu como assistia às aulas na *Cambridge School for Young Ladies* em 1896. Sua preceptora, Anne Sullivan, acompanhava Keller nas aulas e realizava a transliteração simultânea do que era falado em inglês para o alfabeto manual da língua de sinais americana, soletrando cada palavra na palma da mão de sua pupila. Além de exemplificar uma das diferentes técnicas empregadas por guia-intérpretes, trata-se de um episódio histórico que evidencia como a guia-interpretação está intimamente associada à história das pessoas com surdocegueira. Discutir sobre essa prática, portanto, exige compreender aspectos centrais da vida dessas pessoas como, por exemplo, os modos pelos quais elas se expressam e compreendem o mundo.

O conhecimento sobre a surdocegueira, segundo Falkoski e Maia (2020), se ampliou nos anos de 1964 e 1965, em decorrência de pesquisas sobre os efeitos da pandemia de rubéola nos Estados Unidos da América. As autoras afirmam, entretanto, que a surdocegueira ainda é pouco explorada tanto na área da Medicina quanto na área da Educação. Nesse sentido, é importante estabelecer uma distinção entre a surdocegueira e a deficiência múltipla sensorial. Assim, quando “há surdez ou deficiência auditiva associada à cegueira ou deficiência visual chamamos de surdocegueira, mesmo que esteja associada a outra deficiência” (Falkoski &

Maia, 2020, p. 40). Seja congênita — quando a pessoa nasce com ela ou a desenvolve antes do processo de aquisição da linguagem — ou adquirida — quando é desenvolvida ao longo da vida —, a surdocegueira pode ser classificada de quatro formas: (i) surdocegueira sem resíduos visuais e auditivos; (ii) surdez e baixa visão; (iii) deficiência auditiva e baixa visão; e (iv) deficiência auditiva e cegueira (Falkoski & Maia, 2020).

Identificar essas formas de manifestação da surdocegueira contribui para entender os diferentes meios pelos quais as pessoas com surdocegueira se comunicam, permitindo, assim, o conhecimento de técnicas e procedimentos que possibilitem a inclusão dessas pessoas na sociedade. No âmbito desse conjunto de técnicas e procedimentos, a guia-interpretação se destaca. Essa prática é caracterizada por Canuto e colaboradores (2020, p. 53) a partir de “três elementos básicos, totalmente integrados, quais sejam: a interpretação da fala; descrição ambiental; e guia (condução em ambientes e deslocamentos)”. Deste modo, segundo os autores, o profissional guia-intérprete tem duas funções principais: guiar a pessoa com surdocegueira e interpretar para ela. Na tarefa de guiar, esse profissional conduz a pessoa com surdocegueira pelos ambientes nos quais ela não tem costume de se locomover. Em relação à tarefa de interpretar, Canuto e colaboradores (2020, p. 54) explicam que:

10

[...] diferente da interpretação para pessoas surdas que interpreta de uma língua para outra os discursos e as interações de fala, a interpretação para a pessoa com surdocegueira compreende a interpretação das interações da fala, a descrição tátil (audiodescrição) de tudo o que acontece no ambiente, como o movimento das pessoas, expressões faciais e corporais e outros.

De acordo com os autores, os guia-intérpretes podem atuar a partir de três modalidades de interpretação: (i) a *interpretação oral-auditiva*, propícia às pessoas com surdocegueira que utilizam a audição e a vocalidade; (ii) a *interpretação espacial-visual*, direcionada às pessoas nascidas surdas ou que assumiram uma identidade linguístico-cultural surda antes de desenvolverem o impedimento sensorial da visão; e (iii) a *interpretação cinestésico-corporal*, comum entre pessoas com surdocegueira que utilizam preferencialmente o sentido do tato para obter informações.

A guia-interpretação, segundo Petronio (2010), é uma atividade com a qual muitos intérpretes de línguas de sinais não são familiarizados ou não se sentem confortáveis em desempenhar. Para a autora, se esses intérpretes tivessem um melhor entendimento de guia-

interpretação e percebessem que muitas das habilidades que eles já usam podem ser transferidas para essa prática, eles se sentiriam mais confortáveis, interessados em aprender mais e poderiam se tornar competentes para exercer esse trabalho (Petronio, 2010). Ao abordar a formação do guia-intérprete, Almeida (2019) reitera que esse profissional não conta com uma formação acadêmica e destaca que, no Brasil, a constituição de um curso no domínio da guia- interpretação é proporcionada pelo já mencionado Grupo Brasil. Na pesquisa que desenvolveu com guia-intérpretes, o autor observou que a maioria dos participantes que entrevistou possui formação superior em Pedagogia ou em Letras-Libras. De acordo com Almeida (2019), as características formativas dos profissionais entrevistados podem ser relacionadas com a busca por uma atuação que exige conhecimentos teóricos e práticos associados a uma multidisciplinaridade. Além disso, todos os participantes de sua pesquisa realizaram “cursos de capacitação para guia-intérprete ou são profissionais que, mesmo sem ter o curso de capacitação, prestam serviços de guia-intérprete, seja por vínculo empregatício, estágio ou serviços itinerantes em instituições de ensino ou demais espaços” (Almeida, 2019, p. 91).

Os cursos para guia-intérpretes no contexto internacional, segundo Lourenço (2012), costumam ser integrados à formação de intérpretes de línguas de sinais. A autora elenca algumas iniciativas de formação de guia-intérpretes em diferentes países e destaca que os profissionais promoveram as primeiras iniciativas brasileiras a partir de adaptações de suas experiências formativas no exterior (Lourenço, 2012). O primeiro curso de formação para guia-intérpretes no Brasil, ainda segundo Lourenço (2012), foi realizado no município de São Caetano do Sul, em São Paulo, no ano de 1999, fruto de uma parceria entre a *Federación Nacional de Sordos de Colombia* (Fenascol), o *Programa para la Creación de Asociaciones de Personas Sordociegas en América Latina* (Poscal) e a *Föreningen Sveriges Dövblinda* (FSDB).⁴ Na ocasião, foram “convidadas 13 pessoas para participar do curso, pessoas ligadas às instituições que atendiam pessoas com surdocegueira e múltiplos deficientes” (Lourenço, 2012, p. 123).

Desde então, outras edições do curso que visa à capacitação de guia-intérpretes foram promovidas pelo Grupo Brasil e pela Ahimsa. Essas organizações da sociedade civil têm atuado de forma comprometida na formação de guia-intérpretes no país. Apesar de estarem sediados na cidade de São Paulo, o Grupo Brasil e a Ahimsa também disponibilizam a oferta do curso no formato intensivo em outros estados, sob demanda de instituições ou grupos de pessoas interessadas.

PIVA, Maria Cirlene Mantovani; WITCHS, Pedro Henrique. Guia- interpretação para pessoas com surdocegueira: análise de uma disciplina obrigatória na formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-26, 2023. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v12.n1.2023.43652

Considerando essas características que envolvem a guia-interpretação e a formação de guia-intérpretes, intencionamos discutir sobre a disciplina obrigatória *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, ofertada no Curso de Graduação em Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, da Ufes. Para isso, na seção que segue, descrevemos os procedimentos que permitiram a produção do estudo de caso que baseia a discussão.

Movimentos metodológicos do estudo de caso: a pesquisa documental e o questionário

Considerado uma estratégia metodológica do tipo exploratório, descritivo e interpretativo (Oliveira, 2007), o estudo de caso desenvolvido para a produção deste artigo abarcou dois movimentos metodológicos. Desse modo, foi possível acessar informações e gerar dados importantes para as questões de pesquisa que se voltaram às características da composição da disciplina sobre guia-interpretação no Curso de Letras-Libras da Ufes e suas implicações na formação dos egressos.

12

Com base no procedimento técnico e na materialidade selecionada, é possível definir que o primeiro movimento metodológico foi a realização de uma pesquisa documental. Para Oliveira (2007), assim como para outros autores que se inserem no campo da metodologia de pesquisa científica, a pesquisa documental se aproxima da pesquisa bibliográfica em relação a procedimentos de seleção e análise do material. Ao estabelecer uma distinção entre esses dois tipos de pesquisa, a autora afirma que a pesquisa documental é caracterizada “pela busca de informações em documentos que não receberam *nenhum tratamento científico*” (Oliveira, 2007, p. 69). No caso do estudo aqui apresentado, o documento em questão é o programa da disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, presente no *Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação* da Ufes (Ufes, 2013),⁵ que aqui será referido pela sigla PPC.

Entendemos ser importante conhecer as condições nas quais o PPC foi produzido. Sua história está relacionada com a emergência, no início do século XXI, de cursos de formação superior de tradutores e intérpretes de Libras e português em universidades federais brasileiras. O primeiro curso de bacharelado em Letras-Libras passou a ser oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2008. Conforme Quadros e Stumpf (2014), essa oferta foi possibilitada a partir da reivindicação de candidatos ouvintes pela formação superior de tradutores e intérpretes, uma vez que a instituição já oferecia a licenciatura em Letras-Libras, que visa à formação superior de professores de Libras.

PIVA, Maria Cirlene Mantovani; WITCHS, Pedro Henrique. Guia-interpretação para pessoas com surdocegueira: análise de uma disciplina obrigatória na formação superior de tradutores e intérpretes de língua de sinais. *Revista Belas Infieis*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-26, 2023. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfieis.v12.n1.2023.43652

Com a instituição do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite*, o Estado se comprometeu com a criação de 27 cursos de graduação em Letras-Libras, licenciatura e bacharelado, e de 12 cursos de licenciatura em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Deficiência, 2013). Esse plano, de acordo com Martins e Nascimento (2015, p. 95), “instituiu, para além da normatização do campo, a destinação de fomento para abertura de cursos de formação de tradutores e intérpretes em todo o Brasil”. Os autores entendem que, na medida em que alguns desses cursos se tornaram disponíveis no Sistema de Seleção Unificado (SISU) para ingresso nas universidades, é possível assumir que um novo perfil de tradutores e intérpretes de Libras e português se delineará, constituído por profissionais que aprendem a utilizar a língua de sinais, assim como a traduzir e interpretar, no contexto universitário — o que historicamente, conforme Witches e Morais (2021), aconteceu de uma maneira empírica.

Assim, no âmbito do estado do Espírito Santo, a Ufes aderiu ao *Plano Viver Sem Limite* e aprovou, em 2013, a abertura do Curso de Graduação em Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais, do *campus* de Goiabeiras, localizado na capital Vitória. De acordo com o PPC em vigor (Ufes, 2013), o curso tem carga horária total de 2.840 horas, distribuídas em oito períodos. Trata-se de uma graduação de modalidade presencial ofertada desde o primeiro semestre letivo de 2014. Até o momento, a forma de ingresso no curso tem acontecido, bianualmente, por meio de prova de conhecimentos específicos em Libras, o que exige que os candidatos tenham contato prévio com essa língua. Ao localizarmos, no PPC, o programa da disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, observamos o que segue no Quadro 1:

Quadro 1 - Programa da Disciplina Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete

Disciplina	Código	TEL	CH	Pré-requisito
Aspectos tradutórios e interpretativos Guia-Intérpretes: surdoscegos		30T +30E	3	
Discussões sobre a atuação do guia-intérprete. As implicações tradutórias e interpretativas nos contextos dos surdocegos.				
Bibliografia Básica:				

MILES, B. Perspectiva general sobre la sordo-ceguera. DB-LINK - The natural information clearinghouse on children who are deaf-blind - Monmouth, dez. 1995 – traduzido para o espanhol sob patrocínio do Programa Hilton/Perkins.

MILES, B. What is communication? In: MILES, B.; RIGGO, M. Remarkable conversations – A guide to developing meaningful communication with children and young adults who are Deafblind. Watertown, Massachusetts, 1999.

MONTEIRO, M. A. Surdez-cegueira. Revista Benjamin Constant, n. 3. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1996, p. 18-26.

Bibliografia Complementar:

GRUPO BRASIL DE APOIO AO SURDOCEGO E AO MÚLTIPLO DEFICIENTE SENSORIAL. Projeto sobre jovens e adultos surdocegos no Brasil e suas Opiniões. (Folheto explicativo). Programa apoiado pela SENSE Internacional (Latinoamérica). São Paulo: Liotti Arco Design Editorial, abr. 2003. p. 1.

_____. Formas de comunicação. Série: Entrando em contato com as pessoas surdocegas. (Folheto explicativo). São Paulo: Ciclo Press Gráfica & Fitolito, 2006b.

PLAZAS, M. M. R. II Curso de guia-intérprete empírico. In: Programa de Capacitación de guías-intérpretes empíricos para personas sordociegas (Apostila). Santafé de Bogotá, 1999. Traduzido para o espanhol sob patrocínio do Programa Hilton/Perkins. São Paulo, mai. 2003.

PLAZAS, M. M. R. Guia de Interpretación. In: Guía-intérprete es una persona con formación específica (Apostila). [S.l.]: SENSE Internacional (Latinoamérica), 2002.

SENSE INTERNACIONAL (LATINOAMÉRICA). Trabalhando para as pessoas surdocegas em toda América Latina (Apostila). São Paulo: Liotti Dell Arco Design Editorial, un. 2003.

Fonte: adaptado de Ufes (2013, p. 85–86).⁶

14

O segundo movimento metodológico correspondeu à aplicação de um questionário eletrônico padronizado, direcionado a egressos do referido curso. O questionário pode ser “definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o[(a)] pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo” (Oliveira, 2007, p. 83). Considerando a massiva expansão da internet, bem como a facilidade de acesso a ela nas últimas décadas, além do recente advento da pandemia de Covid-19 em que foi necessário seguir medidas de biossegurança, como o distanciamento social, optou-se pela elaboração de um questionário eletrônico padronizado que pudesse ser respondido *on-line*.

Destacamos também, nessa opção metodológica, vantagens, como alcance de participantes, baixo custo, economia de tempo de aplicação e agilidade no tratamento dos dados. Para isso, as “plataformas digitais oferecem um grande aparato de recursos e ferramentas, dentre as quais se destaca o *Google Formulários* (ou *Google Forms*), que assume a função de suporte em pesquisas no processo educativo no mundo acadêmico” (Michelson & Santos, 2022, p. 7).

O questionário eletrônico padronizado utilizado no estudo de caso foi produzido por meio da ferramenta *Google Formulários*. O link de acesso a esse instrumento foi enviado, por mensagem eletrônica, para egressos do Curso de Letras-Libras da Ufes junto a um convite para

participar da pesquisa. A mensagem ainda apresentava a pesquisa e os responsáveis pela sua condução. Ao acessarem o instrumento, os participantes foram novamente informados sobre a pesquisa e registraram sua autorização e consentimento ao uso dos dados a serem fornecidos no questionário. Também lhes foi evidenciado, no mesmo instrumento, que a sua privacidade seria respeitada e sua identidade não seria divulgada. Todas as dúvidas, mesmo as que pudessem surgir ao longo do preenchimento do questionário, poderiam ser sanadas a partir de nossos contatos de telefone e endereço eletrônico. O questionário foi enviado para egressos das três primeiras turmas que concluíram a graduação, respectivamente nos anos de 2018, 2019 e 2020.

O instrumento foi composto por 12 questões distribuídas em três blocos de perguntas: (i) identificação (nome, idade e gênero); (ii) formação e atuação profissional (ano de conclusão do curso; formação e atuação como guia-intérprete); e (iii) percepções sobre a disciplina. No Quadro 2, são apresentadas as perguntas que compuseram o questionário:

Quadro 2 - Perguntas do Questionário

1. Dados de identificação

- 1.1) Nome completo
- 1.2) Idade
- 1.3) Gênero

2. Formação e atuação

- 2.1) Em qual ano você concluiu o Curso de Letras–Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação da Ufes?
- 2.2) Você atua profissionalmente como tradutor(a) e intérprete de língua de sinais?
- 2.3) Caso você atue ou já atuou como tradutor(a) e intérprete de língua de sinais, há quanto tempo você está nessa profissão?

3) A disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*

- 3.1) Ao longo da graduação, você cursou a disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*. Você tem alguma lembrança ou marca importante da sua passagem por essa disciplina?
- 3.2) Você consegue destacar conhecimentos importantes desenvolvidos na disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*? Se sim, quais?
- 3.3) Você considera que a disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete* contribuiu para a sua formação como tradutor e intérprete? De que forma?
- 3.4) Você atua ou já atuou como guia-intérprete para surdocegos após concluir o Bacharelado em Letras-Libras?
- 3.5) Além da disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, você já realizou outros cursos voltados à guia-interpretação? Se sim, quais?
- 3.6) Com base em sua experiência profissional, você teria alguma sugestão ou crítica à disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete* do Letras-Libras da Ufes?

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Os dados produzidos a partir do questionário possibilitaram a obtenção das opiniões de egressos sobre a disciplina; ou seja, trata-se de um registro sob a perspectiva de estudantes que

frequentaram a disciplina em questão. As perguntas do terceiro bloco, ao contrário das anteriores, eram abertas e permitiram que os respondentes registrassem suas respostas em texto. As perguntas de identificação foram utilizadas apenas para nossa orientação no trato com o material. Assim, cada participante da pesquisa é identificado, neste artigo, como “egresso” ou “egressa” e distinguido por uma letra do alfabeto na sequência A, B, C, D, E, F, G, H e I. Na seção a seguir, desenvolvemos uma discussão sobre o componente curricular em articulação com as percepções dos participantes da pesquisa em relação a ele.

Guia-interpretação: a disciplina e suas implicações na formação

O Programa da Disciplina

No âmbito do Curso de Letras-Libras da Ufes, é comum encontrar estudantes entusiasmados ou com expectativas em relação à “disciplina sobre surdocegueira” ofertada no 7º período. Ainda que possa ser, de certo modo, rotineiro que universitários identifiquem as disciplinas de seus cursos por outros nomes, é interessante observar a forma como os estudantes do Letras-Libras da Ufes costumam se referir à disciplina de *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*. Do mesmo modo, percebemos haver divergências na forma como a disciplina é identificada: na seção referente à matriz curricular no PPC (cf. Quadro 3), assim como na forma como ela foi registrada no sistema institucional, não se vê o nome do profissional no plural, *Guia-Intérpretes*, nem o subtítulo presente na identificação da disciplina em seu programa (cf. Quadro 1), *Surdoscegos (sic)*. Entendemos que este último elemento, em específico, oferece indícios para perceber uma abordagem que, ao mesmo tempo, corresponde a uma estratégia formativa e que está associada a outros aspectos percebidos na ementa e na bibliografia da disciplina.

Antes de adentrarmos nessa discussão, contudo, é válido destacar algumas características relativas à distribuição da carga horária da disciplina. No quadro da matriz curricular correspondente ao 7º período do curso, no PPC (Ufes, 2013), essas características são apresentadas da seguinte forma:

Quadro 3 - Fragmento da Matriz Curricular do 7º Período

Disciplinas	T.E.L.	CR	CHT	Caráter	Pré-requisito
Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete	30 T + 30 E	4	60	Obrigatória	--

Fonte: adaptado de Ufes (2013, p. 56).

Assim, identificamos que a disciplina possui 60 horas de carga horária total (CHT), equivalentes a quatro créditos (CR). No espaço correspondente à carga horária no programa (cf. Quadro 1), aparece o número 3, o que inferimos que seja um equívoco de registro no programa. Essa carga horária total da disciplina, assim como aparece no programa, é distribuída entre 30 horas de atividades teóricas (T) e 30 horas de exercícios (E), além de ser identificada como de caráter obrigatório e não possuir pré-requisito para matrícula.

Na ementa, observamos o destaque dado a dois elementos: “a atuação do guia-intérprete” e as “implicações tradutórias e interpretativas nos contextos dos surdocegos” (Ufes, 2013, p. 85). Essas *implicações tradutórias e interpretativas* ratificam o apontamento feito por Rodrigues (2018) em relação ao Curso de Letras-Libras da Ufes. O autor observou que esse curso “põe sua ênfase em disciplinas que visam à aquisição e ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas especificamente à tradução e à interpretação” (Rodrigues, 2018, p. 210).

Quanto à menção aos *contextos dos surdocegos*, como dito anteriormente, entendemos se tratar de uma abordagem fundamental à formação de guia-intérpretes. Chambers, Moore e Ramey (2019, p. 77, tradução nossa)⁷ argumentam que, “ao se trabalhar com a comunidade surdocega, é benéfico estar ciente dos vários modos de comunicação usados nessa comunidade”. De acordo com as autoras, a diversidade de formas de comunicação das pessoas com surdocegueira — o que inclui comunicação tátil com uma ou duas mãos, comunicação háptica, sinalização tátil ou em campo reduzido, mas não apenas isso — se justifica na variedade etária em que essas pessoas iniciam a experiência de duplo impedimento sensorial (Chambers, Moore & Ramey, 2019).

A ênfase em aspectos da surdocegueira, na disciplina, também parece figurar como uma estratégia formativa que se reflete na bibliografia. No contexto de concepção e elaboração do curso, as referências bibliográficas sobre a guia-interpretação ainda eram bastante restritas, sobretudo em língua portuguesa, principalmente se considerarmos a observação de Lourenço (2012) sobre as primeiras iniciativas brasileiras terem sido adaptadas de propostas internacionais de formação. Assim, observamos, na bibliografia, uma ênfase em discussões sobre a surdocegueira ou sobre o sujeito com surdocegueira.

Ainda que conhecer as formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira seja um elemento fundamental à aquisição de competências em guia-interpretação, hoje é possível assumir que esse conhecimento não é suficiente para compor a bibliografia básica de uma disciplina voltada aos aspectos tradutórios e interpretativos dessa

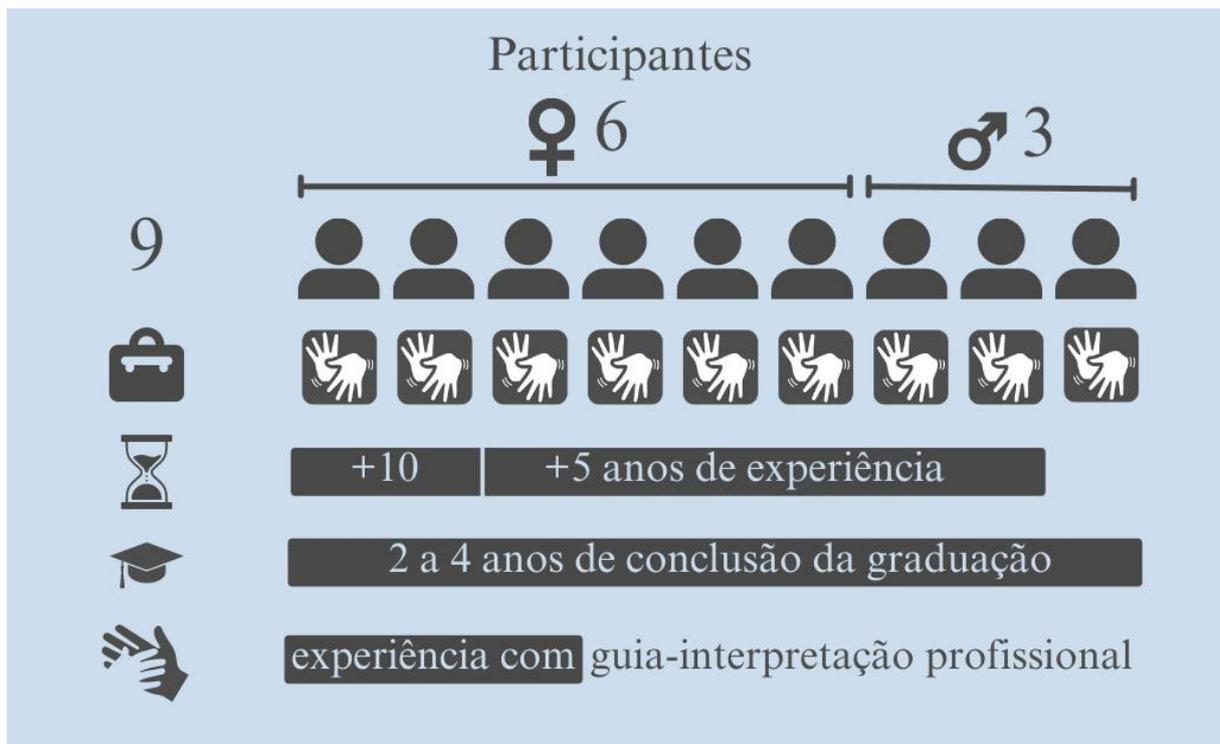
atividade. De todo modo, a produção acadêmico-científica sobre a guia-interpretação ainda é escassa no campo dos Estudos da Interpretação, sendo que boa parte dessa produção está fortemente associada a estudos sobre a inclusão e educação de pessoas com surdocegueira. A respeito desse aspecto do programa, Makhoul (2021, p. 28) observa haver uma “discussão sobre a atuação e as implicações tradutórias e interpretativas, contudo o conteúdo não condiz com as referências apresentadas. Nas básicas, os autores estão focados na Surdocegueira, não há material sobre tradução, interpretação ou Guia-Interpretação”. Esse aspecto, conforme observado pela autora, se repete na ementa da disciplina optativa de *Prática Profissional e Mercado de Trabalho do Tradutor e Intérprete*, do Curso de Letras/Libras – Bacharelado, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesta disciplina, o guia-intérprete é mencionado na ementa, entretanto, a referência básica aborda “questões relacionadas ao Surdocego e seu desenvolvimento educacional e social” (Makhoul, 2021, p. 35).

Com base nas observações feitas a partir do programa da disciplina da Ufes, evidenciamos que as dificuldades para construir uma disciplina que vise ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes acerca da guia-interpretação para pessoas com surdocegueira estão centralizadas na escassez de referências e parâmetros acadêmicos para conceber a formação do guia-intérprete em nível superior. Apesar dessas dificuldades, as percepções dos egressos ressaltam aspectos positivos da presença da disciplina no curso que frequentaram.

As respostas ao questionário

Embora se tenha registro de estudantes e egressos surdos no Curso de Letras-Libras da Ufes, que é um bacharelado, todos os nove egressos que aceitaram participar da pesquisa e responder ao questionário eram ouvintes, sendo três identificados como do gênero masculino e seis, do gênero feminino. Todos declararam já ter atuado profissionalmente com interpretação, mas somente dois responderam não exercer a função de intérprete. Do total, oito egressos têm mais de cinco anos de experiência na função, sendo que dois participantes atuam há mais de dez anos. Apesar do tempo de experiência profissional declarado, os participantes eram formados pela Ufes há cerca de dois a quatro anos. Na Figura 1, apresentamos uma síntese visual das informações sobre os participantes da pesquisa. Considerando a pequena quantidade de participantes da pesquisa e a abordagem qualitativa do estudo de caso, optamos por não produzir gráficos.

Figura 1 - Informações sobre os participantes



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Em relação à disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete* e sua importância na formação, o primeiro ponto a se destacar é que todos os participantes atribuíram alguma importância positiva a ela. Quatro deles destacaram as vivências práticas de guia-interpretação que a disciplina proporcionou aos alunos; cinco reiteraram que o conhecimento específico em guia-interpretação constitui a principal recordação sobre a disciplina; e dois ainda declararam que a disciplina ajudou a desenvolver mais atenção e empatia em relação a pessoas com surdocegueira. Dentre as respostas recebidas, as seguintes percepções se destacaram:⁸

... as práticas que tivemos nessa disciplina foram muito relevantes. Cito como exemplo a visita a uma escola Nessa escola, tivemos uma experiência riquíssima com um aluno surdocego de 13 anos e as práticas desenvolvidas pela professora desse aluno. Um esplêndido trabalho desenvolvido por essa profissional. Ficou marcado na memória. (Egressa H em resposta à pergunta 3.1, 2021)

Apesar de não atuar como guia-intérprete, já realizei esse tipo de trabalho, de forma esporádica, antes e depois de cursar a disciplina e consigo perceber uma melhor atuação pós-disciplina com o desenvolvimento e a mobilização de

conhecimentos, habilidades e atitudes da guia-interpretação. Além disso, a disciplina contribuiu para eu aprender a conviver com a presença de pessoas surdocegas e guia-intérpretes, o que é relativamente comum no meu dia a dia no trabalho. Isso, sem dúvidas, reflete na minha constituição como cidadão. (Egresso E em resposta à pergunta 3.2, 2021)

Além dessas contribuições, em resposta à pergunta 3.3, quatro egressos mencionaram a participação em um grande evento sediado na Ufes, no período em que alguns deles cursaram a disciplina em 2017: o I Fórum Internacional de Surdocegueira da Região Sudeste. De acordo com os participantes da pesquisa, o Fórum proporcionou que os estudantes matriculados na disciplina desempenhassem a função de guia-intérpretes junto a palestrantes com surdocegueira, de modo que foi possível exercitar a guia-interpretação no contexto de conferência a partir de conhecimentos e habilidades mobilizados na disciplina.

Apesar de observarmos um consenso recorrente nas respostas dos egressos em relação à contribuição da disciplina para a formação profissional, uma das egressas afirma que a disciplina contribuiu, “porém não valida para a atuação como guia-intérprete, o que se caracteriza como ônus” (Egressa B, 2021). Ao empregar a palavra “valida”, entendemos que a participante faz referência a algum tipo de certificação que pudesse ser obtida para que sua formação em guia-interpretação seja reconhecida. Embora entendamos que, isoladamente, nenhuma disciplina valide, por meio de certificação, o exercício profissional, é possível associar tal resposta à já mencionada problemática das restritas possibilidades de certificação para atuação como guia-intérprete no Brasil. Nesse caso, é importante destacar que, ao concluir a disciplina ou o curso de graduação, nenhum egresso receberá uma certificação em guia-interpretação. Em seu diploma, constará *Bacharel(a) em Letras-Libras – Tradução e Interpretação*. Isso se torna um complicador em situações de contratação profissional que exigem certificação em guia-interpretação, sobretudo quando pouquíssimas instituições têm oferecido formação com certificação em tal domínio.

Se considerarmos que a Lei nº 12.319/2010 — que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras —, no inciso I do seu artigo 6º, estabelece que uma das atribuições desse profissional é “efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, *surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes*, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa” (Brasil, 2010, *itálico nosso*), é possível questionar: quais estratégias ou medidas de formação profissional têm sido tomadas para que tradutores e intérpretes de

Libras e português sejam capazes de atuar em situações envolvendo pessoas com surdocegueira? Como contratantes têm entendido esse tipo de atividade e as exigências para exercê-la?

Como já dito, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil tem se direcionado na busca de atender às demandas de formação com certificação em guia- interpretação no país. Essas organizações merecem todo o reconhecimento pelos esforços empreendidos para capacitar guia-intérpretes. Contudo, entendemos que a capacitação desses profissionais pode encontrar vantagens significativas se também for ao encontro da formação de tradutores e intérpretes no Ensino Superior. Existem algumas lacunas, entretanto, que dificultam que isso se concretize. Destacamos: (i) a escassez de estudos sobre os aspectos interpretativos da atividade de guia- interpretação e sobre a formação de guia-intérpretes; (ii) a falta de iniciativas acadêmicas para a promoção dessa formação; (iii) a ausência de investimento ou responsabilidade, por parte do Estado nacional, para promover essa formação.

Em relação à escassez de estudos, observamos que isso também se reflete na produção dos estudantes do Curso de Letras-Libras da Ufes: apesar da existência da disciplina em questão no curso, desde a formação da primeira turma até a colação de grau em 2020, apenas um trabalho de conclusão de curso (TCC) havia tratado da temática da guia- interpretação para pessoas com surdocegueira. Trata-se do TCC desenvolvido por Santos (2017), que focou a experiência de interpretação com comunicação tátil para uma surdocega pós-linguística. Além disso, observamos que apenas três egressos declararam atuar ou já terem atuado profissionalmente como guia-intérpretes. Do total, sete afirmaram não ter experiência profissional com pessoas com surdocegueira. Além disso, três participantes declararam já ter frequentado curso(s) específico(s) sobre surdocegueira ou guia- interpretação por conta própria, o que evidencia não apenas o incentivo proporcionado pela disciplina, como também a necessidade de se buscar alternativas para certificação profissional em guia- interpretação.

Em relação a críticas e sugestões voltadas à disciplina, quatro egressos destacaram a importância do aumento da carga horária destinada à guia- interpretação no curso. Também quatro deles afirmaram que o aumento da oferta de atividades práticas de guia- interpretação, com a presença de pessoas com surdocegueira, pode contribuir ainda mais com o processo de formação profissional no Curso de Letras-Libras da Ufes. Sobre isso, destacamos a percepção a seguir:

Apesar de entender a característica da disciplina e da sua importância na introdução de estudantes no mundo da guia-interpretação, penso que seria importante a disciplina ter uma ênfase maior na guia-interpretação. Digo, com mais horas reservadas para os aspectos inerentes à guia-interpretação, bem como o desenvolvimento da prática. A minha sugestão, talvez, seja para o currículo do curso e não necessariamente para a disciplina visto que ela possui os seus limites. (Egresso E em resposta à pergunta 3.6, 2021)

Esse aspecto curricular da formação, conforme destacado pelo egresso E, precisa considerar diferentes concepções e perspectivas que, segundo Rodrigues (2018), são próprias do processo de elaboração da estrutura de um curso. De acordo com o autor, é “importante considerar que a visão que se tem do currículo, de sua organização e função marca as decisões e ações ‘institucionais’ que são levadas a cabo durante o planejamento e a execução de um dado projeto de formação” (Rodrigues, 2018, p. 213). Além disso, o currículo de formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais precisa prever:

22

[...] os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para lidar com textos de diferentes tipos e gêneros e em diferentes modalidades de língua (gestual-visual, vocal-auditiva, gráfico-visual e, até mesmo, em alguns casos, gestual-tátil), contribuindo, portanto, para que os tradutores/intérpretes-em-formação sejam capazes de realizar uma tradução/interpretação consciente e meta-reflexiva. Em suma, o desenho curricular precisa ser capaz de contemplar as competências necessárias às tomadas de decisão e ao uso profícuo de estratégias tradutórias/interpretativas na atuação profissional que demanda a transferência entre modalidades. (Rodrigues, 2018, p. 218–219)

Diante dessas percepções dos egressos, ratificadas pela observação de Rodrigues (2018) sobre o desenho curricular, entendemos que a formação de tradutores e intérpretes de Libras e português, um processo que costuma ser de caráter generalista, visa capacitá-los para lidar com as diferentes demandas advindas das situações e contextos de sua atuação profissional. Nesse sentido, entendemos que a inclusão de uma disciplina introdutória à guia-interpretação para pessoas com surdocegueira parece ser uma vantagem significativa na formação de tradutores e intérpretes de Libras e português. Afinal, oportunizar que mais intérpretes de língua de sinais tenham compreensão sobre a guia-interpretação pode permitir com que percebam que muitas

das habilidades que já possuem podem ser utilizadas para esse exercício (Petronio, 2010). Ainda que tal disciplina, isoladamente, não certifique para atuação como guia-intérprete, é possível considerar que ela tem conferido preparo e embasamento para que futuros profissionais interessados em guia-interpretação busquem essa certificação. Além disso, na medida em que mais instituições incluírem a guia-interpretação em seus currículos de formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais, a contratação desses profissionais não precisaria ficar condicionada a uma certificação em guia-interpretação, muito embora entendamos que a formação continuada ou especializada em guia-interpretação precise se tornar cada vez mais possível e necessária. Na sequência, apresentamos nossas considerações com base na discussão realizada neste artigo.

Considerações finais

Neste artigo, discutimos sobre uma disciplina obrigatória voltada à guia-interpretação em um curso de formação superior de tradutores e intérpretes de Libras e português. Para isso, tomamos, como materialidade, a existência da disciplina *Aspectos Tradutórios e Interpretativos do Guia-Intérprete*, ofertada no Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação, da Ufes, com base na análise do programa da disciplina no PPC (Ufes, 2013), bem como na análise de respostas de nove egressos a um questionário eletrônico padronizado.

A partir do programa, foi possível perceber que a disciplina em questão tem um propósito introdutório à guia-interpretação e coloca em evidência as implicações interpretativas dessa atividade, conferindo ênfase a questões comunicativas das pessoas com surdocegueira. A partir das percepções dos participantes da pesquisa, identificamos que, embora não oportunize uma certificação específica para atuação como guia-intérprete, a disciplina tem um impacto positivo para a formação e atuação dos egressos, tanto no sentido de ampliar conhecimentos, habilidades em relação à profissão de tradutor e intérprete, quanto no sentido de desenvolver atitudes profissionais em relação às pessoas com surdocegueira.

Diante da discussão desenvolvida, nosso principal argumento se direciona à necessidade fundamental de ampliação das investigações, no campo dos Estudos da Interpretação, direcionadas à guia-interpretação. A descrição e a análise de processos interpretativos relacionados com essa atividade podem contribuir diretamente para a sistematização de saberes próprios da guia-interpretação para pessoas com surdocegueira, os quais podem subsidiar futuras possibilidades formativas para guia-intérpretes. Assim,

consideramos que a formação de guia-intérpretes merece mais atenção e amparo por parte do Estado, uma vez que se trata da máxima instância responsável pela inclusão social de pessoas com surdocegueira no país. Isso implica, dentre outras necessidades, a implementação de políticas de tradução e interpretação que contemplem a formação de guia-intérpretes para essas pessoas.

Entendemos também que futuras discussões sobre a guia-interpretação entendida como disciplina podem contemplar a necessidade de conhecer as percepções de docentes que elaboraram o PPC de Letras-Libras da Ufes, bem como de professores que já ministraram a disciplina no curso ou de formadores de guia-intérpretes em outras instituições. Também entendemos ser necessário que pesquisas produzam conhecimento sobre os cursos de formação de guia-intérpretes promovidos por organizações como o Grupo Brasil e a Ahimsa, de modo a fazer conhecer a experiência formativa dessas importantes iniciativas pioneiras no Brasil, valorizando-as e fortalecendo-as em nível nacional, assim como também propondo estudos didáticos em guia-interpretação.

Por fim, assumimos que outras instituições responsáveis pela formação de tradutores e intérpretes de Libras e português podem se beneficiar da discussão aqui desenvolvida para pensar as possibilidades de inclusão, em seus currículos, de disciplinas ou conteúdos explicitamente relacionados com a guia-interpretação. Desejamos que este artigo estimule o debate acadêmico sobre a formação de guia-intérpretes em âmbito nacional, de modo que seja mobilizada uma ampliação das possibilidades formativas para esses profissionais.

24

REFERÊNCIAS

- Almeida, W. G. (2019). *O guia-intérprete e a inclusão da pessoa com surdocegueira*. Editus – Editora da UESC.
- Brasil (2010). *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União.
- Canuto, B. S., Santana Júnior, C. A., Araújo, H. F., & Lourenço, K. R. C. (2020). *Práticas de interpretação tátil e comunicação háptica para pessoas com surdocegueira*. Editora Arara Azul.
- Chambers, K. A., Moore, K. E., & Ramey, C. N. (2019). Developing Confident and Competent DeafBlind Interpreters. In E. Maroney et al. (Org.), *Integrated and Open Interpreter Education: The Open Educational Resource Reader and Workbook for Interpreters* (pp. 76–96). Open Oregon Educational Resources.

-
- Falkoski, F. C., & Maia, S. R. (2020). *Surdocegueira congênita: comunicação com o uso de recursos de comunicação alternativa*. Editora CRV.
- Keller, H. ([1905] 2014). *A história da minha vida* (G. Lohn, J. L. Schmitt, & Z. Tortato, Trads.). INES.
- Lourenço, S. M. E. (2012). Guia-intérprete de Libras para pessoa com surdocegueira: reflexão sobre as tendências e perspectivas de sua formação. In N. A. Albres, & V. A. A. Santiago (Org.), *Libras em estudo: tradução/interpretação* (pp. 109–139). Feneis.
- Makhoul, I. A. (2021). *Glossário monolíngue em língua de sinais brasileira: uma importante ferramenta na formação de guias-intérpretes surdos* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Martins, V. R. O., & Nascimento, V. (2015). Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Cadernos de Tradução*, 35(2), 78–112.
- Michelon, C. M., & Santos, N. V. (2022). Questionário *online* como estratégia de coleta de dados para trabalho de conclusão de curso: relato de experiência. *Revista de Casos e Consultoria*, 10(1), 1–16.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Editora Vozes.
- Petronio, K. (2010). Deaf-Blind Interpreting: Building on What You Already Know. *Cadernos de Tradução*, 2(26), 237–273. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p237>
- Quadros, R. M., & Stumpf, M. R. (2014). Letras Libras EaD. In R. M. Quadros (Org.), *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã* (pp. 9–35). Editora da UFSC.
- Rodrigues, C. H. (2018). Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Translatio*, 15.
- Rodrigues, C. H. (2019). O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. *Belas Infiéis*, 8(1), 145–162.
- Santos, M. A. S. (2017). *A experiência da tradução/interpretação para uma surdocega pós-linguística: a linguagem tátil como forma de (re)criação dos sentidos* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Espírito Santo].
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), & Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). (2013). *Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. SDH/PR, SNPD.

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo (2013). *Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação*. Vitória, Brasil.

Witchs, P. H., & Morais, S. O. (2021). Interpretação de língua de sinais no Brasil de 1907 a 1959. *Belas Infieis*, 10(1), 1–20.

¹ “*There are few trainings and resources available to those who want to learn about DeafBlind interpreting, but they are the stepping stones to DeafBlind interpreting knowledge and training being implemented into an interpreter education program*” (Chambers, Moore & Ramey, 2019, p. 92).

² Na língua portuguesa falada na Europa, a denominação “guia-intérprete” identifica o profissional facilitador do turismo intercultural. Considerando o português brasileiro, neste artigo, “guia-intérprete” é usado como tradução de *Deafblind interpreter*, assim como “guia-interpretação” é usado como tradução para *Deafblind interpreting*.

³ Disponível em: <https://apoioaosurdocego.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴ Associação Sueca de Surdocegos.

⁵ Disponível em: <https://letras.ufes.br/letras-libras>. Acesso em: 14 out. 2021.

⁶ A transcrição respeitou a grafia original do documento.

⁷ “*When working with the DeafBlind community it is beneficial to be aware of the various communication modes used within the community*” (Chambers, Moore & Ramey, 2019, p. 77).

⁸ Optou-se por não apresentar, na íntegra, todas as respostas ao questionário uma vez que a maioria delas continha recorrências que são tratadas na discussão. Destacamos aquelas que exibiram mais expressividade no conteúdo, distinguindo-se das demais nesse aspecto.